



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Óbidos**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Óbidos (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Óbidos e na Região de Integração do Baixo Amazonas manteve-se relativamente estável, com variações sutis em torno de 53%, enquanto o estado do Pará apresentou valores mais baixos, com uma leve queda de 41,7% em 2019 para 40,8% em 2020, seguida de uma pequena alta em 2021 (42,1%). Esse período demonstra uma estabilidade relativa, apesar das adversidades socioeconómicas associadas à pandemia, provavelmente amparada por auxílios emergenciais que atenuaram um avanço mais brusco da pobreza (Gráfico 1).

O ano de 2022 marca um pico significativo da taxa de pobreza em todas as esferas territoriais. Em Óbidos, a taxa saltou para 67%, representando um aumento acentuado de aproximadamente 13 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A RI Baixo Amazonas atingiu 59,6%, e o Pará chegou a 59,5%. Esse comportamento uniforme sugere que fatores macroeconómicos, como a inflação elevada, fim dos auxílios emergenciais ou redução do poder de compra, afetaram amplamente os territórios. Óbidos, entretanto, foi o mais impactado proporcionalmente, evidenciando uma

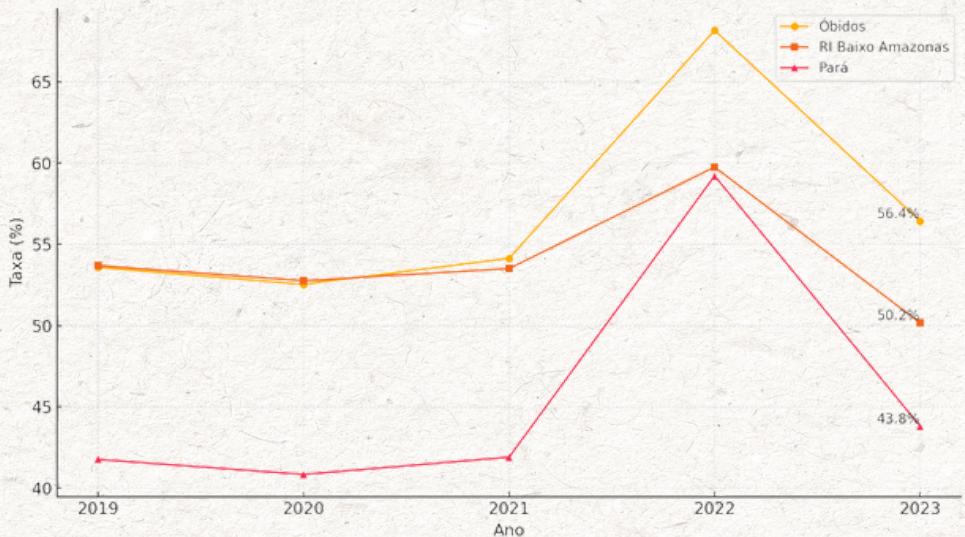




vulnerabilidade social mais acentuada (Gráfico 1).

Em 2023, houve uma queda generalizada nas taxas, sinalizando uma possível recuperação econômica ou retomada de políticas sociais mais eficazes. Óbidos reduziu sua taxa para 56,4%, a RI Baixo Amazonas para 50,2% e o Pará para 43,8%. Apesar da melhora, os níveis ainda são superiores aos de 2019, o que demonstra que a superação dos efeitos pós-pandemia na pobreza ainda está em curso. A diferença entre Óbidos e o estado como um todo permanece significativa, refletindo desigualdades territoriais no enfrentamento da pobreza (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No período de 2019 a 2021, observa-se uma relativa estabilidade nos percentuais de despesas públicas com serviços essenciais tanto em Óbidos quanto na Região de Integração Baixo Amazonas e no estado do Pará. Óbidos iniciou 2019 com o maior percentual (cerca de 74%), seguido pela RI (próxima a 70%) e pelo estado (63%). Houve uma leve redução em 2020, mas Óbidos ainda manteve um patamar acima de 68%, revelando um padrão de priorização dos serviços essenciais superior ao das demais esferas (Gráfico 2).

Contudo, em 2022, Óbidos registrou uma queda abrupta para 0%, destoando completamente da tendência das outras esferas territoriais, que mantiveram níveis constantes (RI com cerca de 69% e o Pará em torno de 60%). Essa anomalia pode estar relacionada a inconsistências na execução orçamentária, redirecionamento de recursos, ausência de empenho contábil registrado, ou até mesmo problemas de registro ou prestação de contas, sendo necessária investigação mais aprofundada para identificar a natureza exata da queda. Esse episódio isolado

compromete substancialmente a coerência da série histórica do município (Gráfico 2).

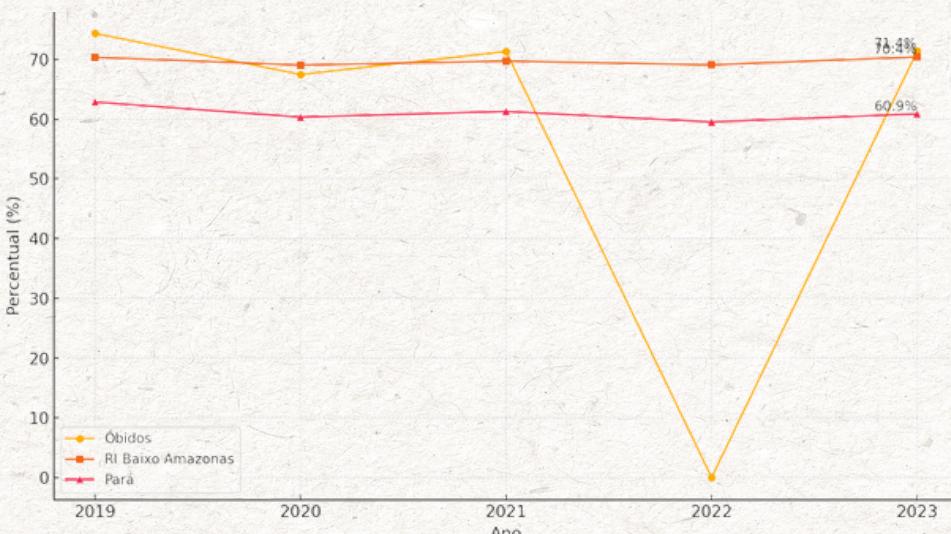
Em 2023, Óbidos retoma os padrões anteriores, atingindo 71,4%, o que sugere uma normalização nos procedimentos fiscais ou de planejamento orçamentário. A RI Baixo Amazonas e o estado do Pará também apresentaram pequena elevação nesse ano, com 70,2% e 60,9%, respectivamente, reforçando uma tendência de ligeira recuperação na priorização de gastos sociais. Ainda assim, o comportamento errático observado em



Óbidos no ano anterior chama atenção para a importância de continuidade administrativa e transparência na alocação de recursos voltados aos serviços essenciais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O indicador de baixo peso ao nascer em Óbidos apresenta um comportamento instável ao longo do período. Em 2019, a taxa era relativamente alta (8,3%), mas apresentou forte queda em 2020, atingindo 6,3%, o menor valor da série. A partir de então, a taxa subiu progressivamente, culminando em 9,4% em 2022, o maior valor registrado. Essa oscilação pode refletir variações na qualidade do pré-natal, acesso a serviços de saúde materno-infantil ou até inconsistências em registros e cobertura da base populacional (Gráfico 3).

Na Região de Integração Baixo Amazonas e no estado do Pará, o comportamento foi mais contínuo e com menor variação. A RI partiu de 8,1%

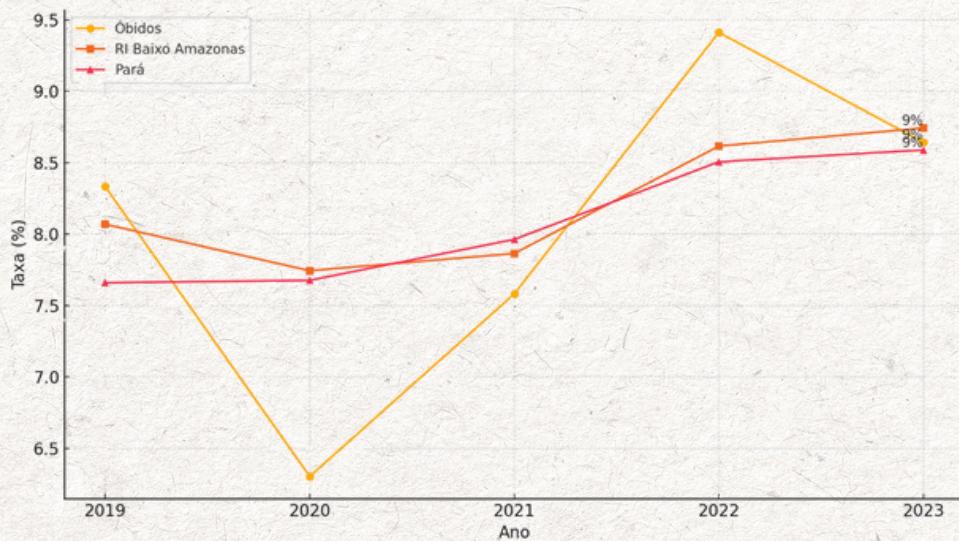
em 2019, caiu ligeiramente até 2020, e subiu de forma gradativa até 2023, encerrando o período com 9%. O Pará, por sua vez, demonstrou uma trajetória parecida, indo de 7,6% em 2019 para 9% em 2023. O avanço contínuo desses índices é preocupante, pois sugere deterioração ou estagnação das condições que garantem uma gestação saudável, como nutrição adequada, saneamento e acompanhamento médico (Gráfico 3).

Em 2023, observa-se uma leve redução no índice de Óbidos para 9%, ainda que permanecendo acima das demais esferas. O estreitamento entre os valores municipais, regionais e estaduais pode indicar que os fatores

de risco estão se generalizando, o que reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas ao ciclo gravídico-puerperal. Óbidos, no entanto, mantém-se em posição mais crítica em relação ao estado, o que pode exigir ações específicas e localizadas de vigilância em saúde e assistência pré-natal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

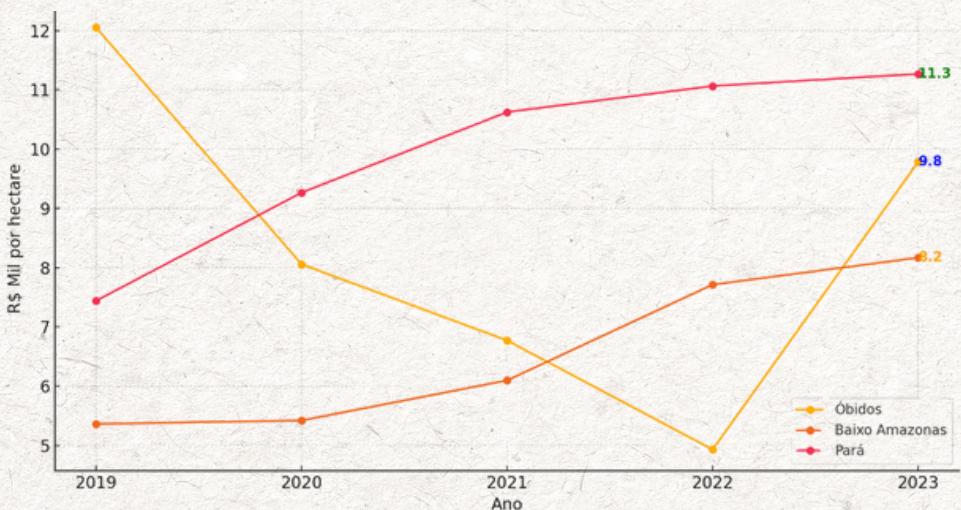
A produtividade agrícola em Óbidos apresenta uma forte queda inicial, saindo de R\$ 12,1 mil por hectare em 2019 para apenas R\$ 5 mil em 2022. Essa redução contínua ao longo de quatro anos pode estar associada a adversidades climáticas, desestruturação da base produtiva local, perda de investimentos ou baixa adoção de tecnologias no campo. Em contraste, a Região de Integração Baixo Amazonas teve uma evolução positiva e constante, partindo de R\$ 5,4 mil em 2019 e alcançando R\$ 8,2 mil em 2023 (Gráfico 4).

O estado do Pará demons-

trou desempenho ainda mais robusto, com crescimento progressivo e significativo ao longo de todo o período, passando de R\$ 7,5 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023. Esse comportamento ascendente evidencia investimentos, expansão de áreas produtivas com maior valor agregado ou uso mais eficiente de recursos em outras regiões, o que pode não ter ocorrido em Óbidos até recentemente. A disparidade entre Óbidos e o restante do estado torna evidente a concentração de ganhos de produtividade em áreas específicas (Gráfico 4).

A reversão da tendência em Óbidos em 2023, quando a produtividade agrícola saltou para R\$ 9,8 mil por hectare, é um sinal importante de retomada. Esse avanço pode estar relacionado à reestruturação produtiva, programas de apoio rural ou boas condições sazonais. Apesar disso, o fato de o município ainda oscilar fortemente de um ano para outro aponta para a fragilidade da base produtiva e a necessidade de políticas de estabilização e incentivo agrícola sustentado, visando garantir constância e resiliência econômica no setor (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil em Óbidos apresentou comportamento bastante oscilante ao longo da série histórica. Em 2019, o município iniciou com uma taxa de 13,7 por mil nascidos vivos, subindo para 16 em 2020, caindo novamente para 13,4 em 2021 e então explodindo para 23,1 em 2022, o maior valor de toda a série. Essa elevação abrupta pode indicar um colapso temporário nos serviços de atenção básica e neonatal, possivelmente agravado por efeitos da pandemia sobre os sistemas de saúde locais. Em 2023, a taxa recuou para 14, sinalizando alguma recuperação nos serviços ou melhoria nos determinantes sociais da saúde infantil (Gráfico 5).

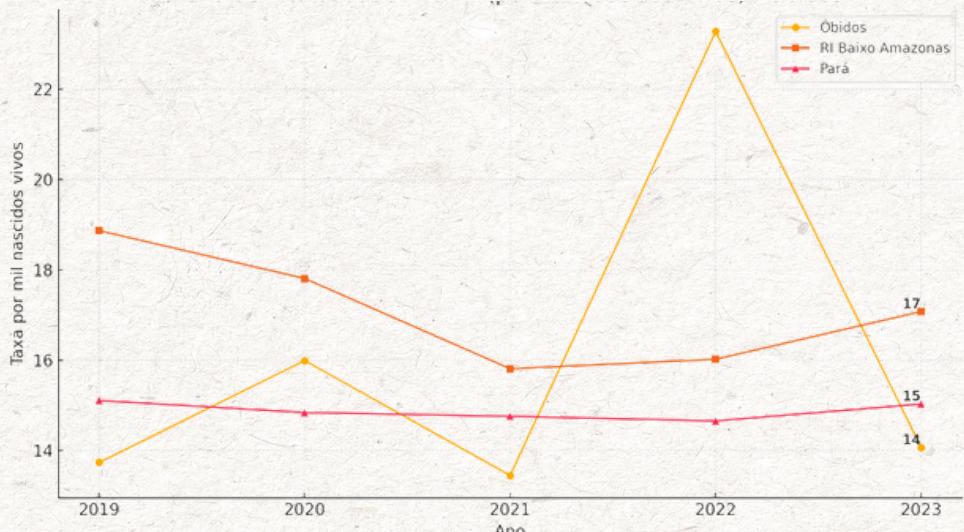
A Região de Integração do Baixo Amazonas apresentou uma tendência predominantemente decrescente entre 2019 e 2021, caindo de 18,9 para 15,8 por mil nascidos vivos, mas voltou a subir levemente em 2022 e 2023, encerrando o período em 17. Já o estado do Pará manteve uma trajetória relativamente estável ao longo dos cinco anos, oscilando entre 14,9 e 15, com uma leve queda até 2022 e pequena elevação para 15 em 2023. Esse comportamento sugere maior estabilidade estrutural nos serviços de saúde estaduais em comparação com o município de Óbidos (Gráfico 5).





A discrepância entre os valores de Óbidos e os demais territórios evidencia desigualdades territoriais no acesso e na qualidade da atenção à saúde infantil. O pico em 2022, seguido de uma melhora expressiva em 2023, indica que políticas de resposta podem ter surtido efeito, mas ainda há vulnerabilidade. A taxa de 14 por mil registrada por Óbidos em 2023 aproxima o município da média estadual, o que representa avanço, mas a volatilidade do dado sugere a necessidade de medidas sustentadas para garantir estabilidade e continuidade nos serviços materno-infantis (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

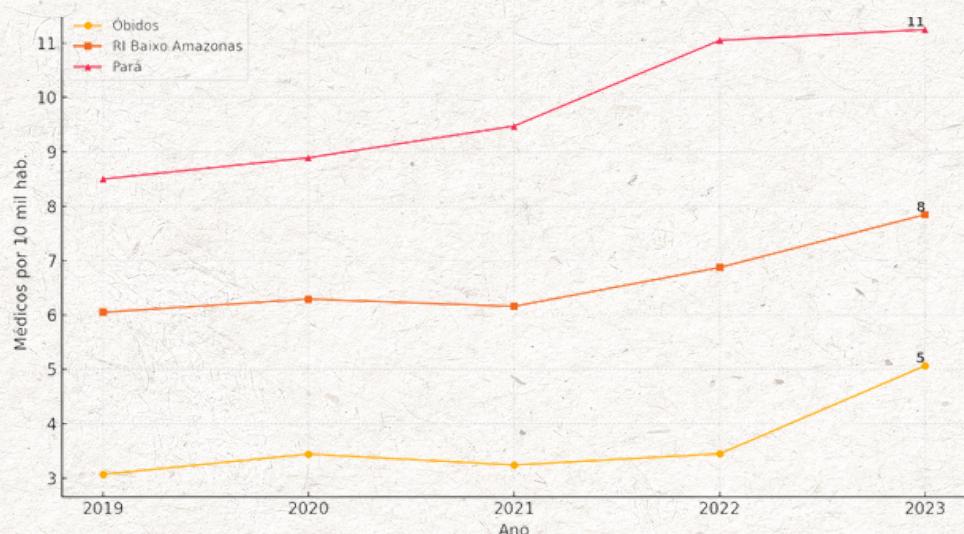
O número de médicos por 10 mil habitantes em Óbidos apresentou um crescimento modesto entre 2019 e 2022, passando de 3 para cerca de 3,5 profissionais, mas teve um salto mais significativo em 2023, quando chegou a 5 médicos por 10 mil habitantes. Apesar da melhoria, o município ainda se encontra abaixo dos patamares da Região de Integração e do estado do Pará, revelando um déficit na força de trabalho médica que pode impactar diretamente a qualidade do atendimento, especialmente em áreas especializadas e atendimento contínuo (Gráfico 6).

A Região de Integração do Baixo Amazonas teve crescimento mais gradual e consistente ao longo do período, subindo de 6,1 em 2019 para 8 em 2023. Já o estado do Pará apresentou o melhor desempenho, com um avanço de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11,2 em 2023. Essa expansão pode ser reflexo de políticas estaduais de atração de profissionais, concursos públicos e investimentos em infraestrutura de saúde. A tendência revela um fortalecimento da capacidade de atendimento em nível estadual (Gráfico 6).



A diferença entre os indicadores de Óbidos e do restante da RI e do estado é significativa e aponta para uma concentração de recursos humanos nos centros urbanos maiores. A melhora recente em Óbidos, embora positiva, ainda é insuficiente para igualar o município aos padrões estaduais. O reforço da presença médica é estratégico para garantir melhores desfechos em saúde – inclusive na redução da mortalidade infantil – e deve ser uma prioridade na regionalização e interiorização das políticas de saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

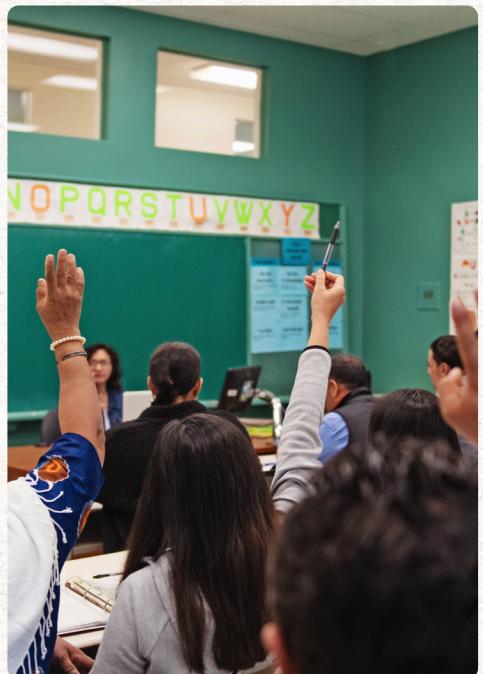
Entre 2019 e 2021, Óbidos manteve um patamar elevado no número de vagas por mil habitantes, iniciando o período com cerca de 281 vagas e apresentando uma leve oscilação até alcançar 276 em 2021. Esse desempenho manteve o município acima tanto da média da Região de Integração Baixo Amazonas quanto do estado do Pará, indicando uma ampla cobertura da rede pública de ensino em relação à sua população. Esse dado pode refletir um bom nível de capacidade instalada nas escolas locais no início do período analisado (Gráfico 7).

Contudo, a partir de 2022 observa-se uma queda expressiva. Em 2023, Óbidos registra 243 vagas por mil habitantes, enquanto a RI Bai-

xo Amazonas apresenta 235 e o estado do Pará, 198. A tendência de declínio pode estar associada à redução de matrículas na rede pública, fechamento ou reestruturação de escolas, queda na taxa de natalidade ou movimentos de migração populacional. Ainda assim, o município permanece acima das médias estadual e regional, mantendo relativa vantagem em termos de oferta educacional (Gráfico 7).

A persistente superioridade de Óbidos em relação ao estado e à região sugere uma estrutura educacional relativamente bem dimensionada. No entanto, o ritmo de declínio recente levanta um alerta sobre possíveis fragilidades no planejamento ou manutenção da rede escolar.

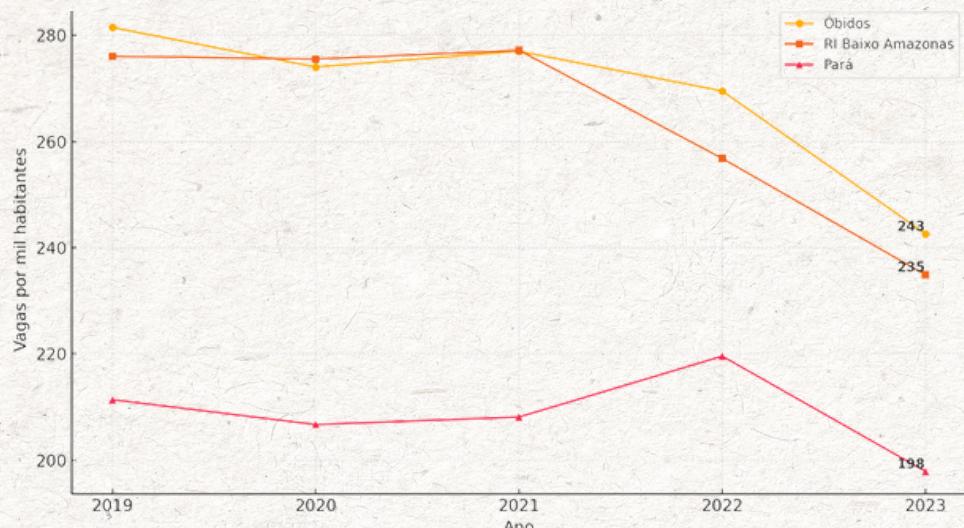
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



A continuidade dessa tendência pode comprometer a capacidade de atendimento às novas gerações, especialmente em contextos de recuperação do ensino após a pandemia (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 243 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Óbidos apresentou crescimento significativo ao longo do período. Em 2019, apenas 8,6% das escolas estavam conectadas, número que saltou para 26,7% já em 2020. Após pequena oscilação negativa em 2021 (23%), o indicador retomou uma trajetória de alta, atingindo 53,3% em 2023. Essa evolução evidencia esforços de digitalização da rede escolar, um movimento essencial sobretudo diante das demandas impostas pelo ensino remoto durante e após a pandemia de COVID-19 (Gráfico 8).

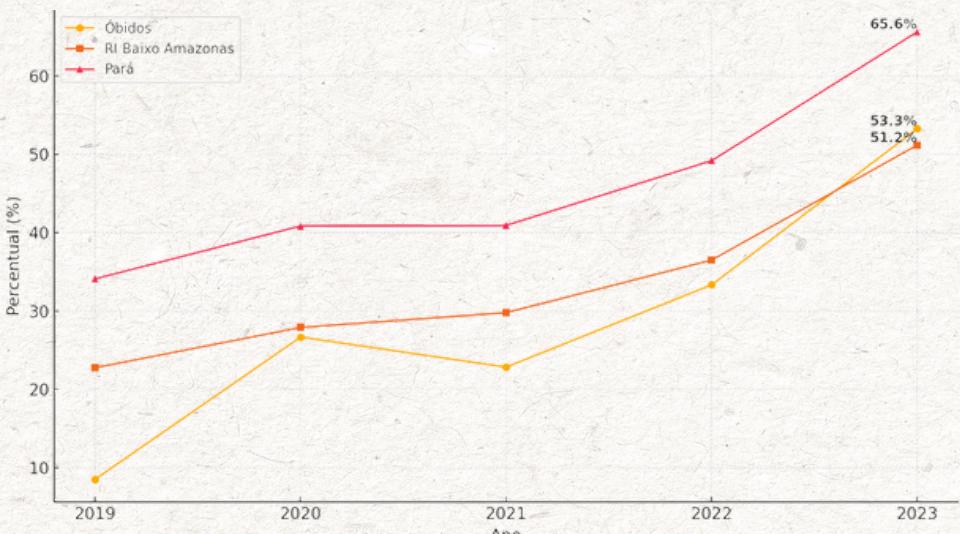
A Região de Integração Baixo

Amazonas e o estado do Pará também apresentaram crescimento, embora em ritmos distintos. A RI iniciou com 23% em 2019 e alcançou 51,2% em 2023, enquanto o Pará saltou de 34,1% para expressivos 65,6% no mesmo período. O desempenho estadual foi o mais robusto, indicando investimentos mais amplos e capilarizados na infraestrutura digital das escolas. Já Óbidos, embora tenha começado com índices muito baixos, mostrou grande capacidade de recuperação, encurtando significativamente a distância para os demais (Gráfico 8).

Em 2023, as três esferas territoriais convergem para patamares semelhantes, com Óbidos superando a RI e se aproximando da média estadual. Esse resultado é positivo e revela a eficácia de ações locais voltadas à conectividade escolar. Apesar dos avanços, o fato de quase metade das escolas ainda estarem desconectadas em 2023 aponta a necessidade de continuidade nos investimentos em infraestrutura tecnológica, especialmente em regiões mais remotas ou de difícil acesso (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



O indicador de violência contra a mulher por parceiros em Óbidos apresenta comportamento instável e sensível a oscilações. Em 2019, a taxa era de 2,8 casos por 100 mil habitantes, caindo para 0 em 2020 – o que pode indicar subnotificação ou interrupção nos registros, dado que a pandemia impôs barreiras ao acesso a serviços de denúncia. Em 2021, o índice voltou a subir levemente para 2,6, mas foi em 2022 que se observou um salto expressivo para 11,5 casos, mantendo-se praticamente nesse patamar em 2023 (11). O aumento recente pode refletir tanto um crescimento real da violência quanto um avanço na capacidade de registro e denúncia (Gráfico 9).

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

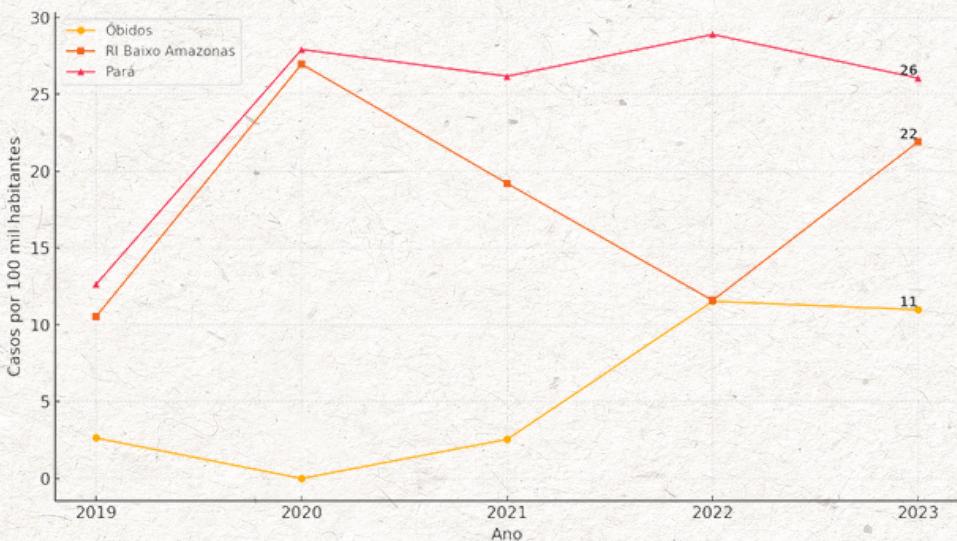


A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou um aumento acentuado entre 2019 (10,7) e 2020 (26,8), seguido por uma queda em 2021 e 2022, e nova elevação para 22 em 2023. Já o estado do Pará teve um comportamento semelhante, com forte elevação de 2019 (12,8) para 2020 (28), e depois oscilações menos intensas, encerrando 2023 com 26 casos por 100 mil habitantes. Esses dados sugerem que o problema da violência de gênero se agravou ou se tornou mais visível no período pandêmico e pós-pandêmico, especialmente em contextos de isolamento e maior vulnerabilidade social (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Embora Óbidos tenha mantido valores abaixo das médias regionais e estaduais em todos os anos, a tendência de alta recente exige atenção. A ampliação dos registros pode indicar maior confiança institucional e acesso a canais de denúncia, mas também aponta para a persistência do fenômeno. A consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da mulher, como centros de apoio, campanhas de conscientização e capacitação das forças de segurança, é essencial para a redução efetiva desses índices e o acolhimento das vítimas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Óbidos iniciou o período de 2019 com 48,3%, o que representava um índice relativamente elevado e próximo da paridade. No entanto, observou-se uma queda contínua nos anos seguintes, atingindo 41,6% em 2021. Esse recuo pode indicar dificuldades de manutenção de mulheres em cargos de liderança, seja por barreiras institucionais, desigualdade de oportunidades ou impactos desproporcionais da pandemia na carreira das mulheres. Em 2023, o índice recupera-se parcialmente, chegando a 44,2%, mas ainda abaixo do patamar inicial (Gráfico 10).

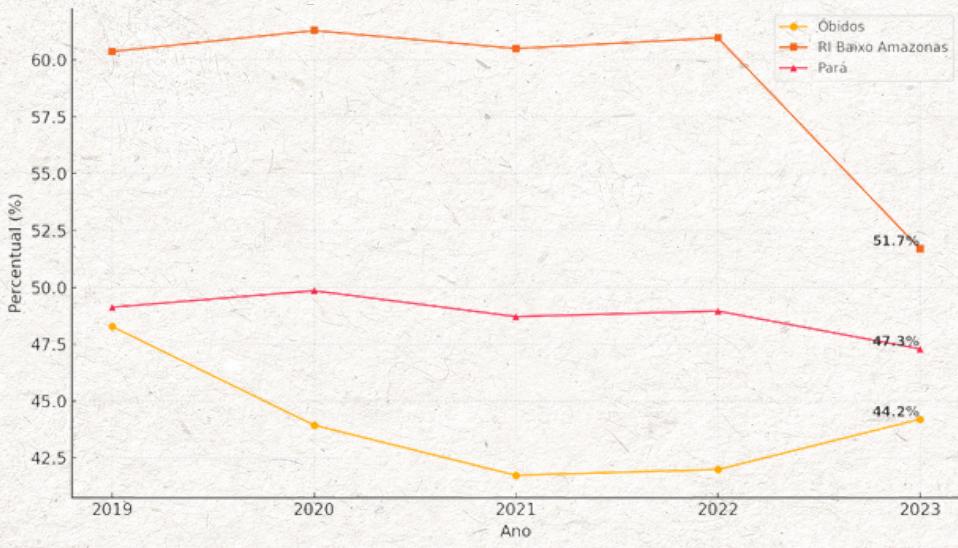




A Região de Integração Baixo Amazonas manteve-se em um patamar consistentemente elevado entre 2019 e 2022, variando em torno de 60%, e mesmo com uma queda acentuada em 2023 (51,7%), continua sendo a esfera territorial com maior percentual de mulheres em postos gerenciais. Já o estado do Pará apresentou estabilidade ao longo do período, com pequenas variações em torno de 49%, finalizando 2023 com 47,3%. Isso demonstra que, em termos gerais, o estado sustenta uma presença feminina relevante na gestão, embora sem avanços significativos (Gráfico 10).

Óbidos ainda está abaixo das médias regional e estadual, e sua trajetória descendente reforça a necessidade de políticas de equidade de gênero no mercado de trabalho, sobretudo em posições de liderança. Medidas como incentivos à contratação de mulheres em cargos estratégicos, políticas de promoção interna e formação de lideranças femininas podem ajudar a reverter esse quadro. A retomada observada em 2023 é um sinal positivo, mas ainda insuficiente para consolidar a paridade e a valorização plena da liderança feminina no município (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Óbidos, o acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto permanece extremamente limitado ao longo do período analisado. Em 2019 e 2020, o percentual registrado foi nulo (0%), e mesmo com um leve avanço nos anos seguintes, o valor ainda é insignificante: apenas 0,5% em 2023. Esses dados revelam uma exclusão quase total dessa população de um serviço básico de saneamento, o que implica sérios riscos à saúde pública e ao meio ambiente, além de indicar um grave déficit na infraestrutura urbana (Gráfico 11).



que demonstra um investimento mais robusto no enfrentamento das desigualdades de saneamento em nível estadual (Gráfico 11).

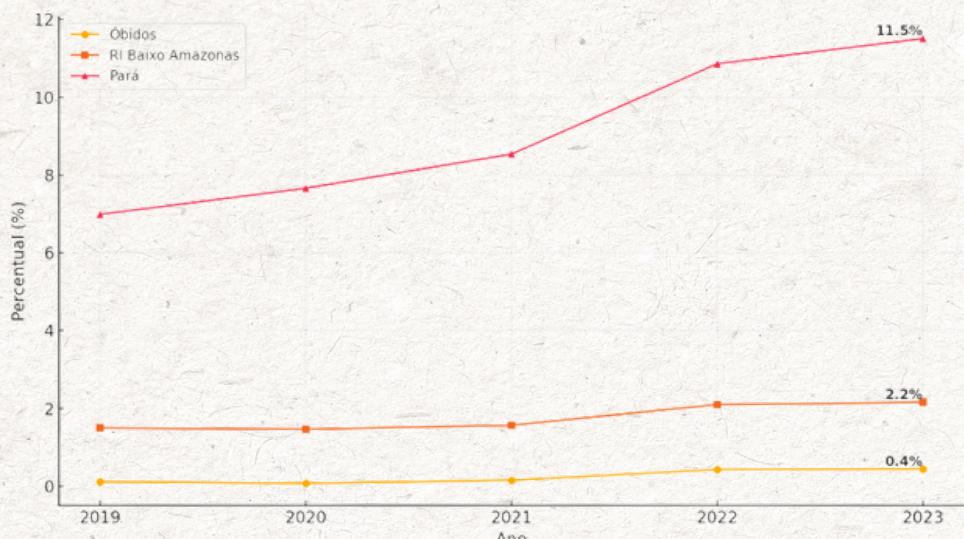
A comparação revela uma profunda disparidade territorial, com Óbidos ficando muito abaixo das médias regional e estadual. A estagnação em valores mínimos aponta para uma ausência quase total de políticas estruturantes locais voltadas à universalização do saneamento para a população mais vulnerável. Diante disso, torna-se urgente a implemen-

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o cenário é um pouco mais favorável, embora ainda muito aquém do ideal. O percentual oscilou levemente entre 1,5% e 1,4% no período, com crescimento gradual a partir de 2021. Isso indica que houve algum esforço de ampliação da cobertura na região, mas os avanços ainda são modestos diante da dimensão das carências. Já no estado do Pará, observa-se um crescimento mais expressivo, saindo de 7% em 2019 e chegando a 11,5% em 2023, o

tação de planos municipais de saneamento que contemplem as áreas mais carentes e busquem recursos junto aos programas federais e estaduais para reverter esse quadro de exclusão histórica (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Até 2022, o município de Óbidos não registrava investimentos significativos per capita em saneamento básico, mantendo valores próximos de zero entre 2019 e 2022. Esse dado corrobora o baixo percentual de coleta de esgoto entre a população de baixa renda, refletindo uma ausência quase total de alocação de recursos no setor durante esse período. A negligência orçamentária evidencia a baixa priorização da agenda do saneamento no planejamento público local, o que tende a perpetuar condições precárias de salubridade (Gráfico 12).

A partir de 2023, no entanto, observa-se uma guinada nos investimentos, com gasto municipal atingindo R\$ 81 por habitante – um salto expressivo em relação aos anos anteriores. Esse aumento colo-

ca Óbidos acima da média da Região de Integração Baixo Amazonas, que investiu R\$ 24 per capita no mesmo ano, embora ainda abaixo da média estadual, que atingiu R\$ 137. A diferença entre o município e o estado ainda é grande, mas o dado de 2023 pode sinalizar uma mudança de postura ou a entrada de recursos extraordinários, como repasses vinculados a metas de universalização previstas pelo novo marco legal do saneamento (Gráfico 12).

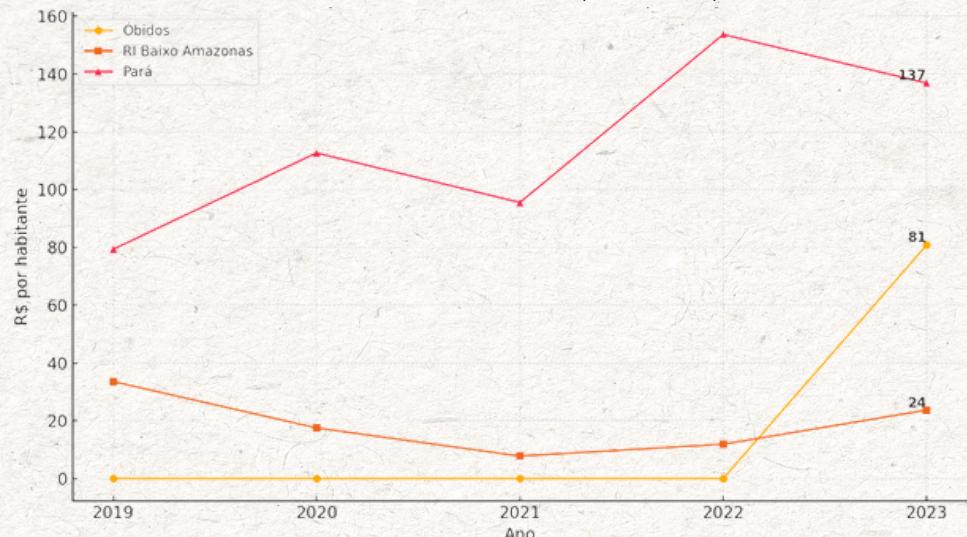
Isso evidencia o descompasso temporal entre investimento e resultado: melhorias em saneamento exigem projetos estruturantes e execução de médio a longo prazo. O salto no orçamento é um sinal promissor, mas sua continuidade e eficiência na aplicação serão cruciais para transformar o in-

vestimento em avanços concretos no acesso ao serviço (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 81/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



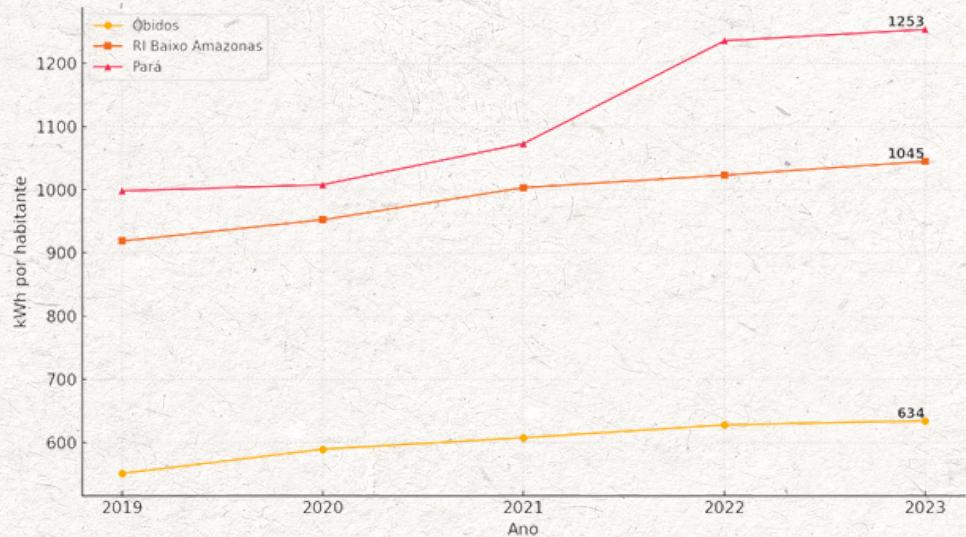
O consumo de energia elétrica per capita em Óbidos apresentou crescimento contínuo ao longo do período analisado, passando de 548 kWh/hab. em 2019 para 634 kWh/hab. em 2023. Esse avanço, embora positivo, ocorreu em ritmo mais lento do que nos demais recortes territoriais. A progressão anual média indica que a expansão do acesso à energia e o aumento do uso por habitante têm ocorrido, mas ainda em níveis bem inferiores aos da média estadual e regional, o que pode refletir limitações estruturais ou socioeconômicas locais (Gráfico 13).



Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o consumo evoluiu de forma mais consistente, saindo de 920 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.045 kWh/hab. em 2023. O Estado do Pará, por sua vez, apresentou o desempenho mais expressivo: começou com 998 kWh/hab. e alcançou 1.253 kWh/hab. no final do período. Esse crescimento mais acelerado em nível estadual pode estar relacionado à ampliação da infraestrutura elétrica, à urbanização e à maior capacidade de consumo das famílias em regiões mais desenvolvidas (Gráfico 13).

A defasagem de Óbidos em relação às médias estadual e regional evidencia uma desigualdade energética relevante. Ainda que o crescimento do consumo seja uma indicação de melhoria, o baixo nível absoluto pode sinalizar tanto limitações no acesso pleno à energia quanto menor capacidade de consumo por parte da população. Para reduzir esse déficit, é necessário fortalecer a infraestrutura elétrica e promover políticas de inclusão energética, especialmente em comunidades isoladas ou de baixa renda (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 634 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Óbidos apresenta, desde 2019, os maiores percentuais de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação baseada em fontes fósseis (como lamparinas ou geradores a diesel), em comparação com os demais recortes territoriais. Em 2019, o índice era de 24,3% e, embora tenha apresentado queda ao longo do tempo, ainda permanecia elevado em 2023, com 19,6%. A redução é positiva, mas lenta, o que mostra que uma parcela significativa da população vulnerável ainda depende de fontes poluentes, caras e precárias de iluminação (Gráfico 14).

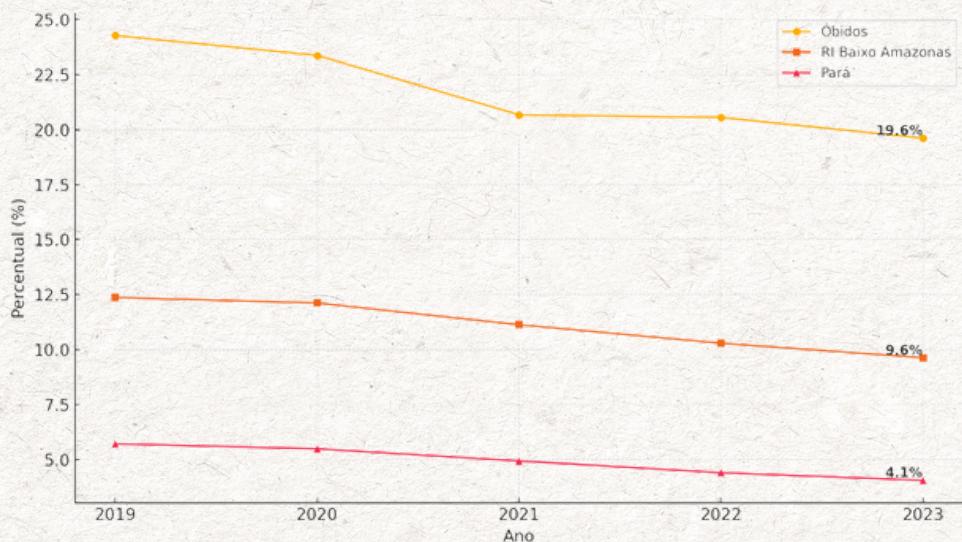


Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador também decresceu, partindo de 12,4% em 2019 e chegando a 9,6% em 2023. No Pará, os números são ainda mais baixos e em trajetória constante de queda: de 5,7% para 4,1% no mesmo período. Essa diferença revela uma clara desigualdade no acesso à energia limpa entre os territórios, com Óbidos permanecendo como um dos locais mais críticos em termos de transição energética para populações de baixa renda (Gráfico 14).

A manutenção de percentuais elevados em Óbidos indica a urgência de políticas públicas voltadas à universalização do acesso à energia elétrica em áreas pobres e isoladas. A persistência do uso de iluminação fóssil compromete a qualidade de vida, acarreta riscos à saúde e limita o uso de equipamentos domésticos e escolares. A substituição por fontes renováveis e a expansão de redes elétricas são fundamentais para garantir equidade energética e inclusão social no município (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



O indicador de empregos formais por mil habitantes no município de Óbidos apresentou uma trajetória de crescimento até 2022, seguida de uma queda brusca em 2023. Em 2019 e 2020, os valores eram baixos e estáveis (em torno de 56 empregos por mil habitantes), mas houve um salto expressivo em 2021, com 72 empregos, e ainda mais em 2022, quando alcançou o pico de 105. Esse avanço pode ser atribuído à retomada econômica pós-pandemia, à reativação de setores como comércio, serviços e construção civil, ou a políticas públicas de incentivo à formalização do trabalho. No entanto, em 2023, o número recuou drasticamente para 59, revertendo os ganhos recentes e retornando a patamares próximos aos de 2019 (Gráfico 15).

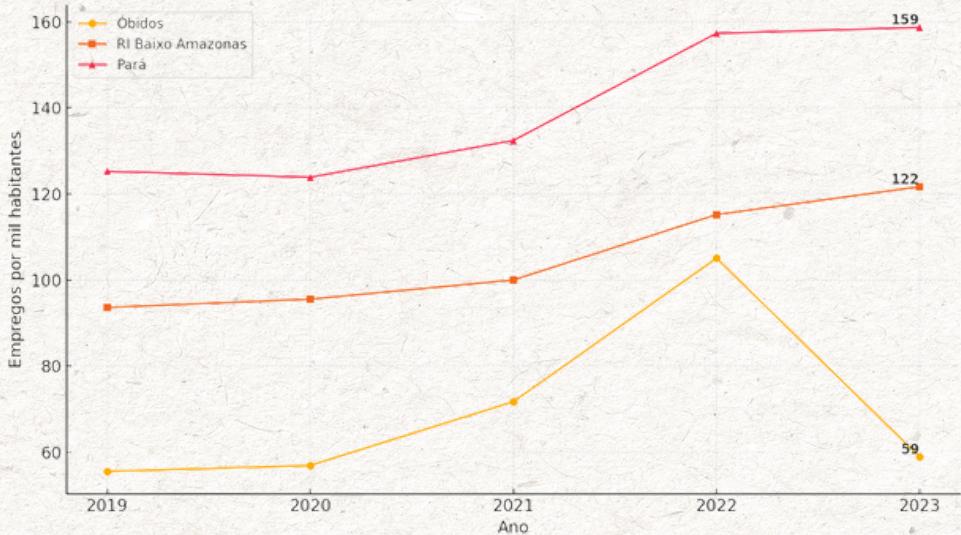
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável e positivo, com crescimento contínuo entre 2019 (94 empregos por mil habitantes) e 2023 (122), sem oscilações bruscas. Esse padrão sugere maior resiliência econômica regional e capacidade de geração de empregos formais de forma mais sustentada. O estado do Pará, por sua vez, apresentou um aumento ainda mais acentuado, partindo de 126 empregos por mil habitantes em 2019 e atingindo 159 em 2023, refletindo um cenário de aquecimento do mercado de trabalho em escala estadual, com maior diversificação e amplitude das atividades formais (Gráfico 15).



A disparidade entre Óbidos e os demais recortes territoriais evidencia fragilidades locais na estrutura econômica e na sustentabilidade do emprego formal. A forte retração em 2023 pode indicar perda de postos de trabalho, encerramento de contratos temporários ou queda na atividade de setores-chave. Esse comportamento chama atenção para a vulnerabilidade do município diante de oscilações macroeconômicas e destaca a importância de estratégias estruturais de desenvolvimento local e qualificação profissional para garantir estabilidade e crescimento sustentado do emprego formal (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



cador retomou a trajetória de crescimento, atingindo R\$ 21.116 em 2022 – o maior valor da série (Gráfico 16).

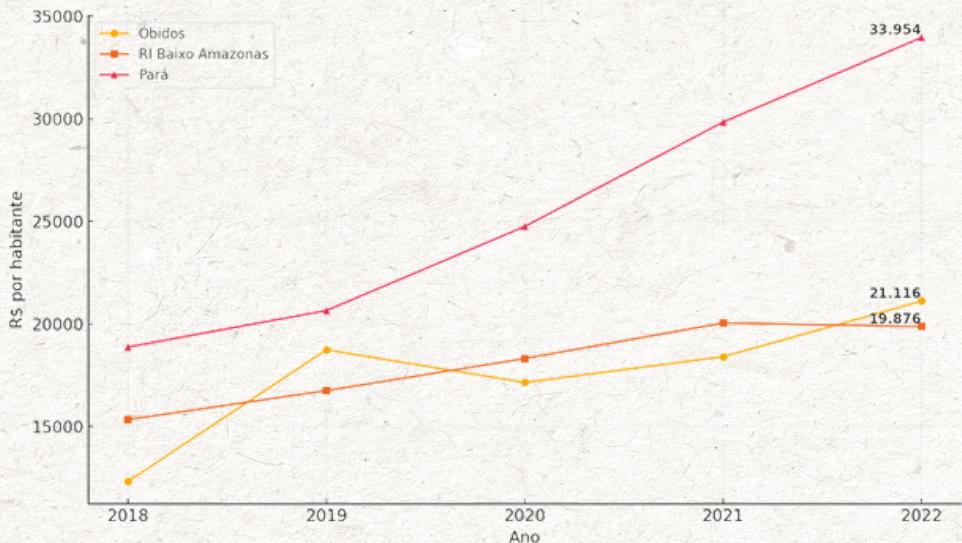
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento foi mais estável e gradual, partindo de R\$ 15.400 em 2018 e

encerrando 2022 com R\$ 19.876. A trajetória linear da RI sugere um crescimento econômico menos volátil e, possivelmente, mais diversificado, em comparação com Óbidos. Já o estado do Pará apresentou a evolução mais expressiva, com crescimento contínuo e acelerado, saltando de R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Isso reflete a intensificação de atividades econômicas estratégicas no estado, como mineração, agronegócio e energia (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)

Apesar do crescimento observado em Óbidos, o município ainda mantém um PIB per capita inferior à média estadual e apenas ligeiramente superior à da RI em 2022. A oscilação nos valores indica uma economia local suscetível a choques conjunturais e dependente de setores específicos. Para sustentar o crescimento, é fundamental diversificar a base produtiva e ampliar investimentos em infraestrutura, inovação e qualificação da mão de obra local (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21.116/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria no município de Óbidos manteve-se baixo durante boa parte do período, indicando fraca participação do setor industrial na economia local. Em 2018, a indústria representava apenas 5,6% do PIB municipal, com queda para 4,8% em 2019. A partir de 2020, observa-se uma leve recuperação, chegando a 6,4% e posteriormente atingindo 10,9% em 2021. Em 2022, o percentual estabilizou-se em 10,7%, indicando algum avanço na industrialização, embora ainda em patamar modesto (Gráfico 17).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o setor industrial tem maior representatividade, variando entre 17% e 22% ao longo dos anos, com pico em 2020 (22,2%). A oscilação regional sugere influência de polos industriais mais robustos em municípios vizinhos, além de cadeias produtivas ligadas à extração e transformação de recursos naturais. O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento expressivo, saltando de 28,1% em 2018 para 45% em 2022. Esse resultado revela o fortalecimento da indústria extractiva e de transformação no estado, sobretudo ligada à mineração e energia

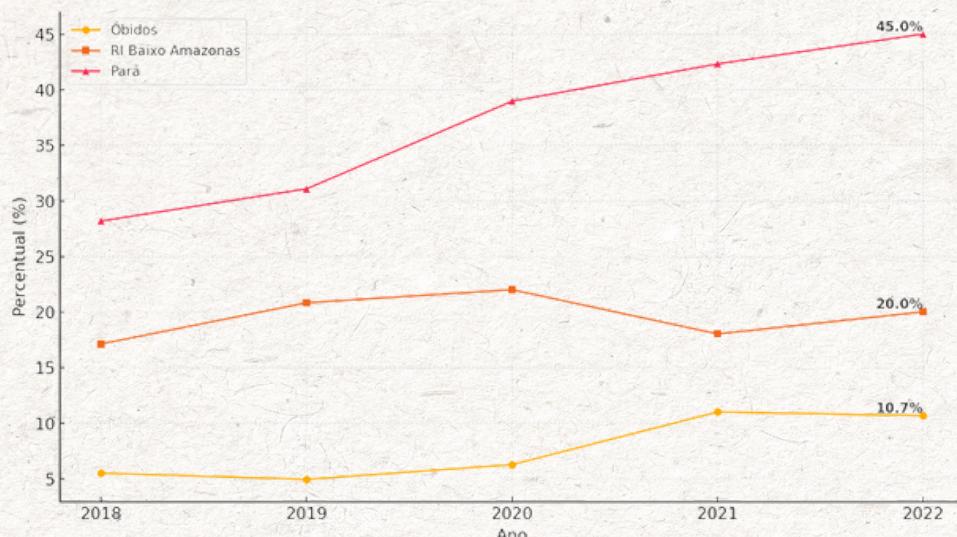
(Gráfico 17).

A baixa participação da indústria no PIB de Óbidos limita a geração de empregos qualificados, o valor agregado da produção e a arrecadação municipal. Embora o crescimento observado a partir de 2020 seja positivo, ele ainda não altera substancialmente a estrutura econômica local. Para fortalecer o setor, seria necessário fomentar políticas de incentivo à agroindústria, à instalação de pequenas e médias fábricas e à integração com cadeias produtivas regionais, aproveitando os recursos e a localização estratégica do município (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador de Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes em Óbidos apresentou um comportamento instável entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 5,4 profissionais em 2019 e oscilou levemente até 2021, quando alcançou 5,9. Em 2022, houve um salto significativo para 8,5 profissionais por 100 mil habitantes, indicando provável expansão de vínculos em instituições ci-



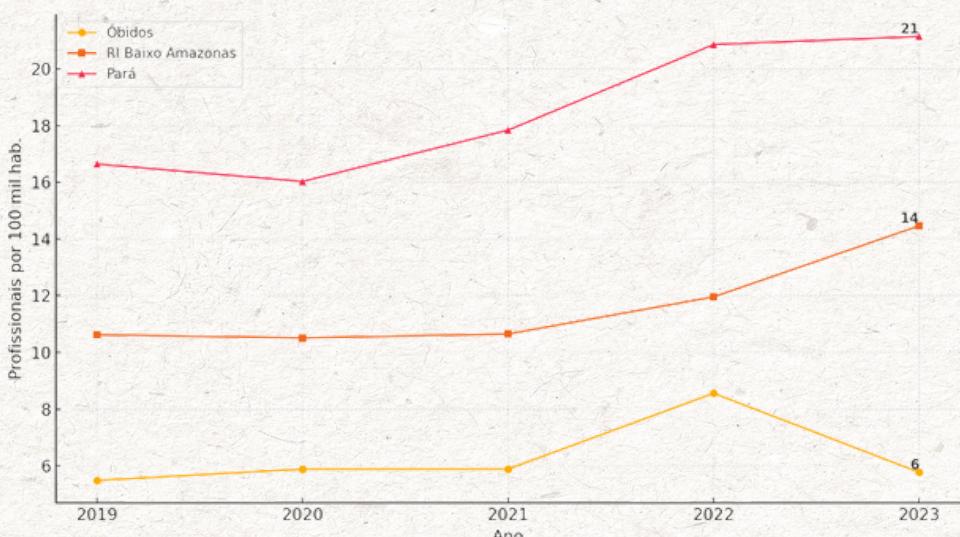
entíficas, educacionais ou técnicas. Contudo, esse avanço não se sustentou: em 2023, o índice recuou para 6, mostrando que o aumento anterior pode ter sido pontual, não consolidando uma tendência de crescimento estrutural (Gráfico 18).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve crescimento contínuo, partindo de 10,6 em 2019 e atingindo 14 em 2023. Isso sugere um fortalecimento progressivo das atividades científicas e técnicas na região, possivelmente impulsionado pela presença de polos de pesquisa, universidades ou políticas públicas voltadas à ciência. Já o estado do Pará apresentou o desempenho mais consistente e expressivo, crescendo de 16,6 para 21 profissionais por 100 mil habitantes no mesmo intervalo. O avanço estadual reflete uma ampliação da capacidade científica e tecnológica, ainda que de forma desigual entre os municípios (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

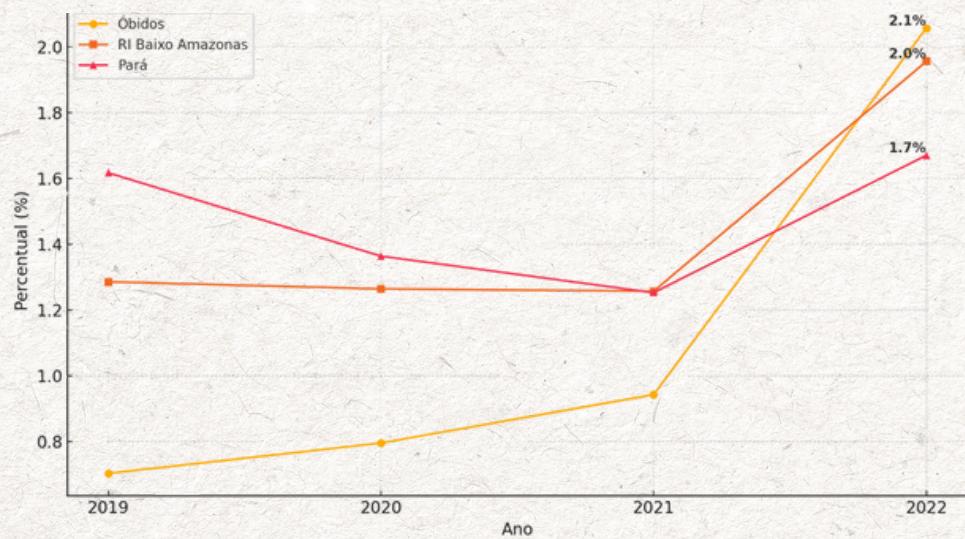
O indicador de Massa Salarial dos Vínculos Formais como percentual do PIB em Óbidos apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2022, revelando uma ampliação da relevância dos empregos formais na composição da economia local. Em 2019, o percentual era de apenas 0,7%, subindo de forma gradual até 2021 (0,94%), quando então houve um salto significativo, atingindo 2,1% em 2022. Esse crescimento pode indicar tanto o fortalecimento do mercado formal de trabalho quanto um menor crescimento do PIB local frente à expansão da massa salarial, refletindo maior peso dos rendimentos do

trabalho na economia municipal (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável até 2021, com valores próximos a 1,3%, mas também houve uma elevação considerável em 2022, quando o indicador alcançou 2%. Esse avanço regional sugere uma tendência mais ampla de valorização do trabalho formal no território, que pode estar associada à retomada econômica pós-pandemia, políticas de geração de emprego ou à ampliação do número de vínculos regulares em setores como serviços, comércio e administração pública (Gráfico 19).

Em nível estadual, o Pará iniciou 2019 com uma massa salarial mais representativa (1,6% do PIB), mas apresentou uma queda progressiva até 2021 (1,26%), seguida de uma recuperação para 1,7% em 2022. Apesar do aumento recente, o crescimento foi mais modesto em comparação ao município de Óbidos, que ultrapassou tanto a média regional quanto a estadual. Esse desempenho positivo de Óbidos em 2022 revela um ponto de inflexão na estrutura econômica local, sinalizando potencial melhoria na qualidade do emprego e maior dinamismo da economia formal – aspectos importantes para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do município (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Óbidos apresentou crescimento consistente entre 2019 e 2023, saindo de aproximadamente 44 linhas por 100 habitantes em 2019 e chegando a 66 linhas em 2023. O avanço mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o indicador saltou de 49 para 63, sinalizando uma possível ampliação da cobertura de operadoras ou aumento da demanda local por comunicação digital. Nos anos seguintes, o crescimento continuou, embora em ritmo mais moderado, refletindo uma tendência de estabilização no acesso (Gráfico 20).

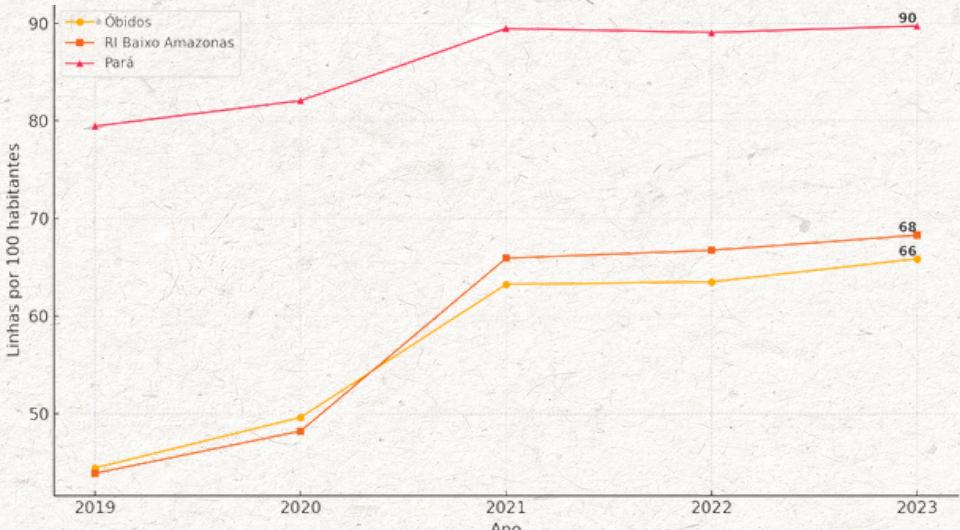
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, partindo de 43 linhas por 100 habitantes em 2019 e alcançando 68 em 2023. Esse crescimento relativamente uniforme entre município e região mostra que houve avanços coordenados na infraestrutura de telecomunicações, embora ambos ainda estejam abaixo da média estadual. Já o estado do Pará manteve índices mais altos durante todo o período, crescendo de 79 em 2019 para 90 em 2023, o que reforça as desigualdades territoriais no acesso a serviços de telefonia móvel (Gráfico 20).





Essa defasagem entre Óbidos e o restante do estado indica que, apesar dos avanços, ainda existem barreiras à plena conectividade no município, possivelmente relacionadas à cobertura em áreas rurais e ao custo de acesso para populações de baixa renda. A ampliação do acesso à telefonia móvel é fundamental não apenas para comunicação, mas também para inclusão digital, educação, acesso a serviços públicos e desenvolvimento local. Incentivos à expansão da infraestrutura e à redução das desigualdades tecnológicas são estratégicos nesse contexto (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Óbidos oscilou bastante ao longo do período. Entre 2019 e 2020, o município apresentou altos investimentos, com valores de R\$ 61 e R\$ 72 por habitante, respectivamente. No entanto, entre 2021 e 2022, ocorreu uma queda abrupta, chegando a apenas R\$ 0 em 2022 – o que sugere descontinuidade nas políticas públicas dessas áreas ou forte retração orçamentária. Em 2023, houve uma recuperação vigorosa, com o indicador saltando para R\$ 103 por habitante, ultrapassando as médias estadual e regional (Gráfico 21).

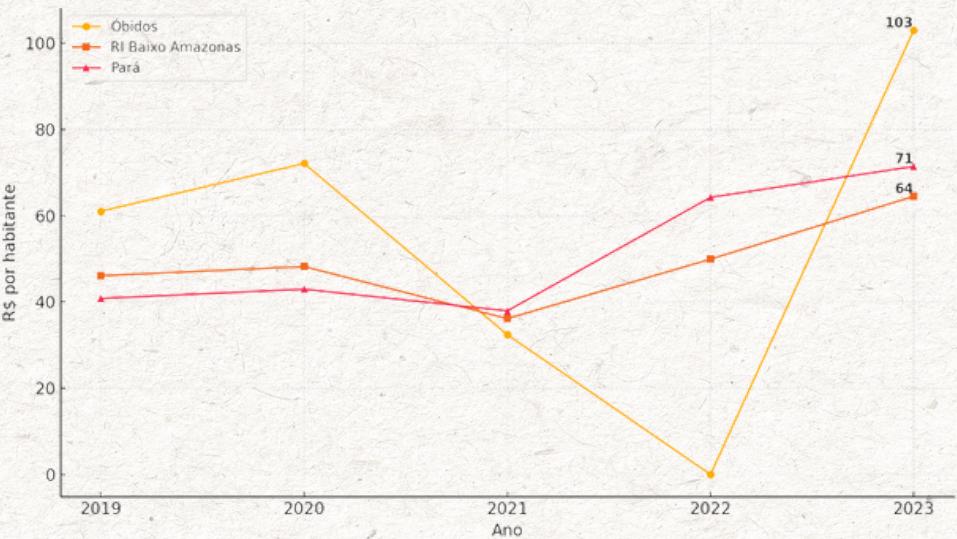
Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores foram mais estáveis e progressivos, subindo de R\$ 46 em 2019 para R\$ 64 em 2023. Já o estado do Pará também apresentou crescimento, partindo de R\$ 41 e atingindo R\$ 71 por habitante no mesmo período. A constância nesses recortes indica que, enquanto houve esforço regional e estadual para manter ou ampliar os investimentos nessas áreas, Óbidos teve um comportamento mais volátil e sensível a variações de gestão ou capacidade fiscal (Gráfico 21).

Essa oscilação em Óbidos

revela uma fragilidade na continuidade de políticas públicas culturais e ambientais, que são fundamentais para o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. O investimento expressivo em 2023 é positivo, mas o histórico recente aponta para a necessidade de consolidar ações estruturantes, com garantias orçamentárias e políticas de longo prazo. A valorização da cultura local e a proteção ambiental devem ser eixos permanentes da ação pública, e não sujeitos a variações conjunturais ou administrativas (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

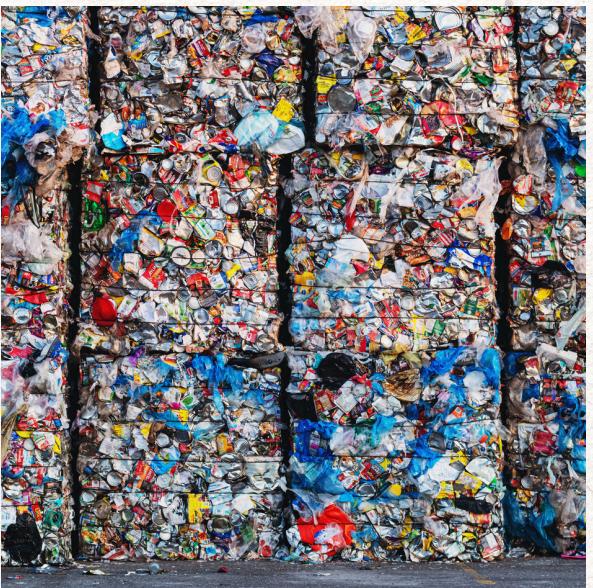
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 103/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





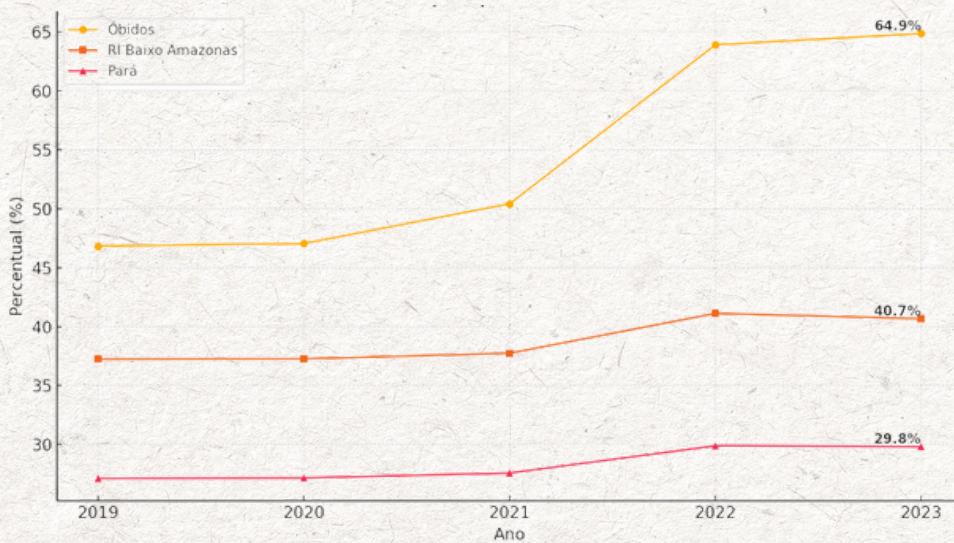
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual da população de baixa renda em Óbidos que recorre a práticas informais de descarte de resíduos (como queima ou enterro de lixo) apresentou crescimento expressivo. Em 2019 e 2020, o índice era estável em torno de 46,9%, mas a partir de 2021 passou a crescer significativamente, atingindo 50,5% e saltando para 64,9% em 2023. Esse avanço indica um retrocesso na cobertura ou na efetividade do serviço público de coleta de resíduos sólidos em áreas mais vulneráveis do município, expondo essas comunidades a riscos sanitários e ambientais consideráveis (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, embora os percentuais sejam menores, a tendência também foi de aumento, passando de 37,3% em 2019 para 40,7% em 2023. O comportamento, no entanto, foi mais moderado e menos abrupto que o de Óbidos, revelando que o município teve uma piora desproporcional no atendimento a essa demanda. Já o estado do Pará apresentou uma evolução mais estável, ainda que preocupante, saindo de 27,0% em 2019 para 29,8% em 2023. Esse contraste acentua as desigualdades locais no acesso à gestão adequada de resíduos sólidos (Gráfico 22).

O elevado percentual em Óbidos – bem acima da média estadual – evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à expansão dos serviços de coleta domiciliar de lixo, especialmente nas comunidades de baixa renda. A ausência ou deficiência na coleta regular tende a agravar vulnerabilidades sociais e ambientais, comprometendo a qualidade de vida e favorecendo a proliferação de doenças. Investimentos em infraestrutura sanitária, educação ambiental e políticas integradas de resíduos sólidos são fundamentais para reverter esse quadro (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



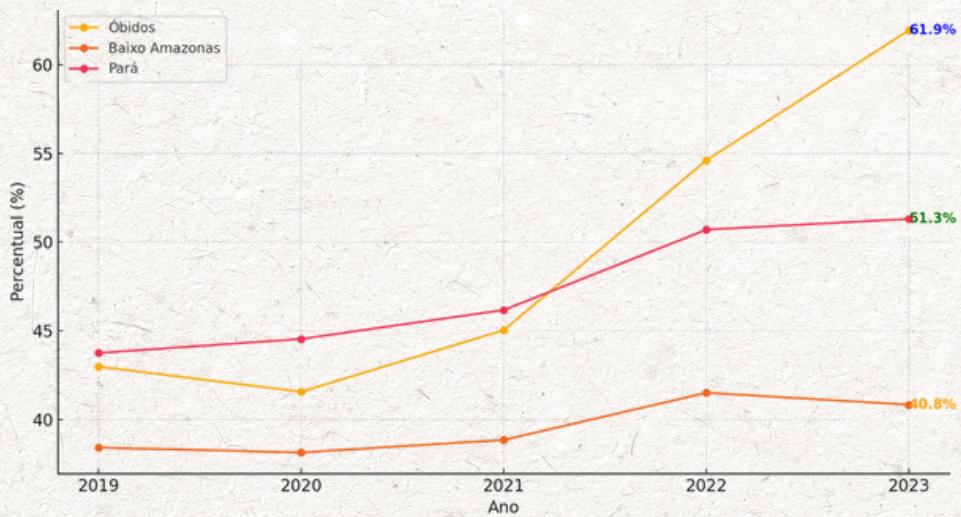
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar em Óbidos também apresentou trajetória ascendente de 2019 a 2023, com destaque para os últimos dois anos. O indicador partiu de 43,2% em 2019 e chegou a 61,9% em 2023, revelando que uma parcela crescente da população vulnerável do município não dispõe de infraestrutura sanitária adequada. O salto mais significativo ocorreu a partir de 2021, ano em que o percentual ultrapassou a média estadual e regional, indicando uma possível estagnação nos investimentos em saneamento básico (Gráfico 23).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi relativamente estável. A taxa oscilou de 38,3% em 2019 para 40,8% em 2023, sem variações bruscas, mas ainda refletindo a persistência do uso de soluções precárias de esgotamento sanitário. Já o estado do Pará, embora com percentuais superiores à média nacional, apresentou avanços graduais – de 43,9% em 2019 para 51,3% em 2023 – que demonstram algum progresso em políticas públicas de saneamento, ainda que insuficiente para erradicar o uso de fossas rudimentares (Gráfico 23).

A realidade de Óbidos é preocupante, pois o crescimento desse indicador revela a ampliação de condições sanitárias inadequadas, com impactos diretos sobre a saúde pública, especialmente em comunidades vulneráveis. A alta incidência de fossas rudimentares, geralmente mal construídas e próximas a fontes de água, contribui para a contaminação do solo e de mananciais. A reversão desse quadro demanda ações estruturantes, como a ampliação da rede de esgotamento sanitário, financiamento de tecnologias de saneamento simplificado e atuação articulada com programas federais e estaduais de habitação e urbanização (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, o município de Óbidos apresentou um comportamento bastante instável nos gastos per capita com prevenção de desastres. O valor, que era de aproximadamente R\$ 33 em 2019, subiu ligeiramente em 2020, alcançando cerca de R\$ 43, mas recuou nos anos seguintes, chegando a quase zero em 2022. Em 2023, houve uma retomada com elevação significativa para R\$ 51 por habitante, porém o patamar ainda permanece muito

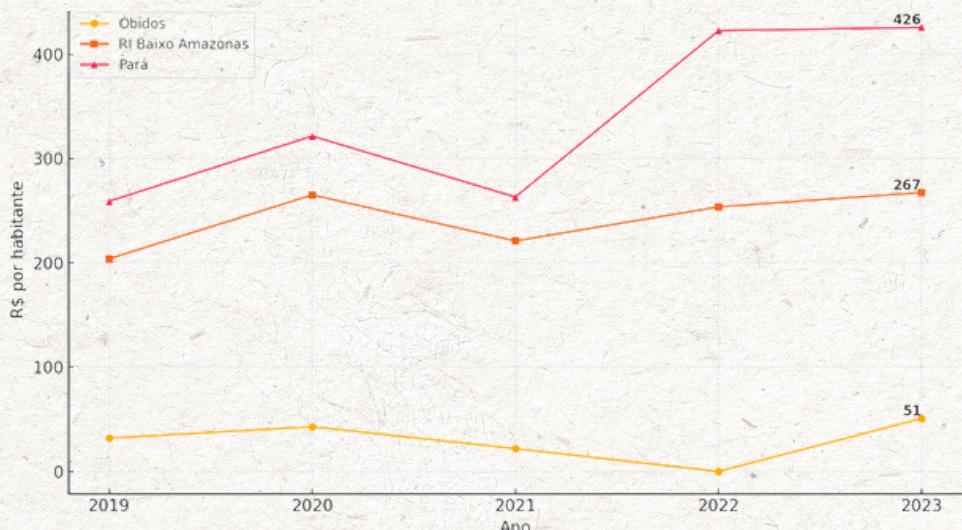
inferior ao observado nas demais regiões (Gráfico 24).

Na Região de Integração (RI) do Baixo Amazonas, a tendência foi de crescimento mais consistente. Os valores evoluíram de R\$ 202 em 2019 para R\$ 267 em 2023, apesar de uma queda temporária em 2021. O comportamento demonstra certa regularidade no esforço regional, ainda que com oscilações, especialmente ligadas a possíveis ciclos orçamentários ou eventos críticos (Gráfico 24).



O estado do Pará teve os maiores patamares entre os três recortes, partindo de R\$ 259 em 2019 e atingindo um pico em 2022, com R\$ 426, valor mantido em 2023. Esse crescimento expressivo pode refletir políticas públicas mais estruturadas ou repasses extraordinários voltados à adaptação climática, contenção de desastres naturais e infraestrutura preventiva (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 51/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No caso da despesa per capita com preservação aquática, Óbidos apresentou os maiores valores durante todo o período, com destaque para um aumento expressivo em 2023, quando os gastos saltaram de cerca de R\$ 388 em 2022 para R\$ 942 por habitante. A série histórica revela oscilações relevantes: de R\$ 375 em 2019 para R\$ 522 em 2020, caindo nos anos seguintes antes do forte crescimento mais recente. Esse comportamento sugere ações pontuais ou investimentos concentrados em determinados períodos, talvez vinculados a projetos ou convênios específicos (Gráfico 25).

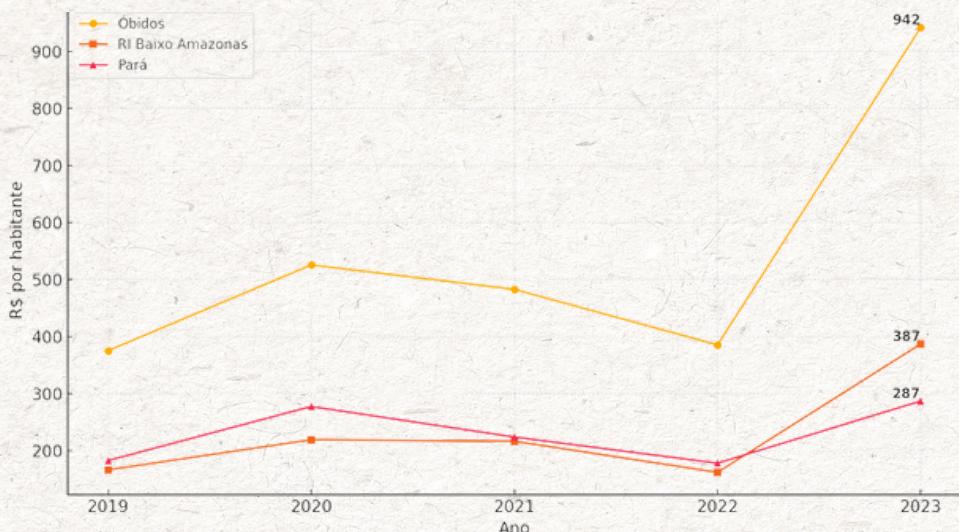
Na RI Baixo Amazonas, os valores também cresceram ao longo do período, mas em menor intensidade e com maior estabilidade. A variação foi de R\$ 170 em 2019 para R\$ 387 em 2023, com uma queda em 2022 antes da recuperação. Isso sugere uma alocação mais cautelosa ou contínua dos recursos voltados à proteção de rios e ecossistemas aquáticos, ainda que em níveis inferiores aos de Óbidos (Gráfico 25).



No recorte estadual, a despesa com preservação aquática seguiu uma trajetória semelhante à da região, com aumento de R\$ 189 para R\$ 287 entre 2019 e 2023, apesar de um recuo pontual em 2022. A elevação gradual pode refletir um reconhecimento crescente da importância estratégica dos recursos hídricos para o estado, sobretudo frente à sua riqueza hidrográfica e ao papel das águas interiores na economia e cultura paraense (Gráfico 25).



**Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática,
Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)**



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 942/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Óbidos apresentou um crescimento na proporção de área florestal em relação ao seu território total entre 2019 e 2020, saltando de cerca de 65% para pouco mais de 71%, patamar que foi mantido de forma estável até 2023. Esse comportamento sugere uma constância na preservação florestal local, com possível controle do uso do solo e ausência de expansões significativas de atividades que resultariam em desmatamento. É um indicador positivo de conservação, especialmente em um contexto amazônico (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, observou-se certa instabilidade: o percentual aumentou de 76,5% em 2019 para 78,2% em 2020,

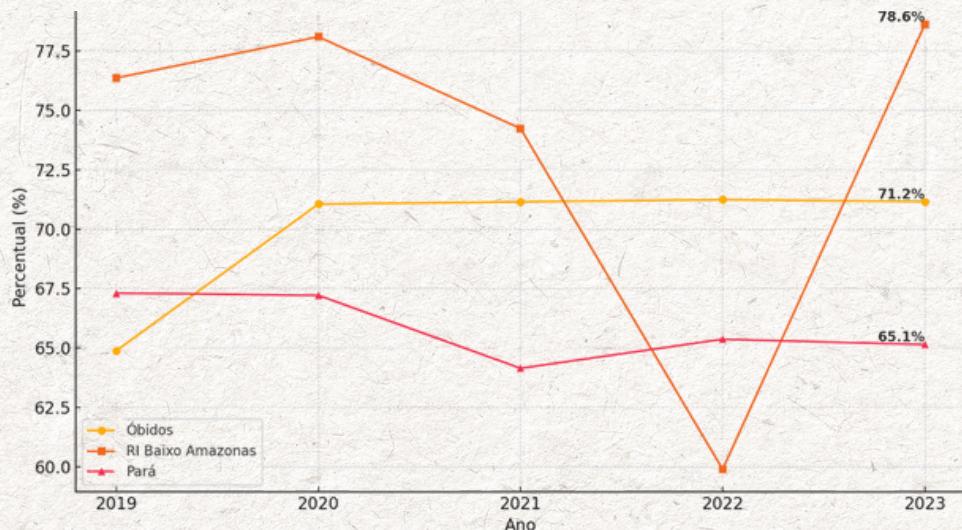
mas sofreu queda expressiva em 2022 (60%), antes de retornar bruscamente a 78,6% em 2023. Essa oscilação pode refletir inconsistências cadastrais ou mudanças pontuais em metodologia ou cobertura vegetal decorrentes de regenerações temporárias ou ações localizadas de conservação

e reflorestamento. A busca recuperação em 2023 exige cautela na interpretação, podendo ser resultado de revisão técnica dos dados (Gráfico 26).

No estado do Pará, o indicador oscilou em um intervalo mais estreito, entre 64% e 65,1% ao longo do período analisado, com uma leve queda até 2021 e discreta recuperação nos anos seguintes. Essa estabilidade moderada pode indicar que, em nível estadual, as ações de controle ambiental e uso da terra têm evitado perdas florestais abruptas, ainda que não tenham promovido ampliação significativa da cobertura florestal. No entanto, o patamar ainda é inferior ao das demais escalas analisadas, especialmente o do Baixo Amazonas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Óbidos, o percentual de área desmatada apresentou uma evolução gradual, partindo de 7,0% em 2019 e atingindo 7,5% em 2023. Apesar do aumento ser pequeno, o crescimento contínuo sugere ausência de políticas locais de reversão do desmatamento ou, no mínimo, de sua contenção. Ainda assim, o município mantém uma proporção de área desmatada relativamente baixa, o que está em consonância com a manutenção de alta cobertura florestal observada no gráfico anterior (Gráfico 27).

Já na RI Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi marcado por relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com valores em torno de 6,8% a 7,0%, mas houve um pico expressivo em 2022, quando o percentual chegou a 13,1%, re-

tornando a 7,2% em 2023. Esse pico anormal sugere uma possível pressão pontual sobre a cobertura vegetal ou, alternativamente, alguma revisão cadastral que tenha impactado os dados apenas naquele ano. O retorno ao patamar anterior em 2023 sinaliza que a alteração não se consolidou como tendência (Gráfico 27).

No estado do Pará, por sua vez, o indicador mostra uma trajetória ascendente contínua, saindo de 21,8% em 2019 e alcançando 23,2% em 2023. Ainda que o crescimento pareça modesto, ele indica um processo persistente e estruturado de perda florestal em escala estadual. Esse dado reforça a importância de políticas públicas de enfrentamento ao desmatamento, es-

pecialmente em áreas fora das regiões tradicionalmente mais preservadas, como o Baixo Amazonas. A relação com o crescimento das áreas agrícolas e madeireiras pode estar por trás dessa tendência (Gráfico 27).

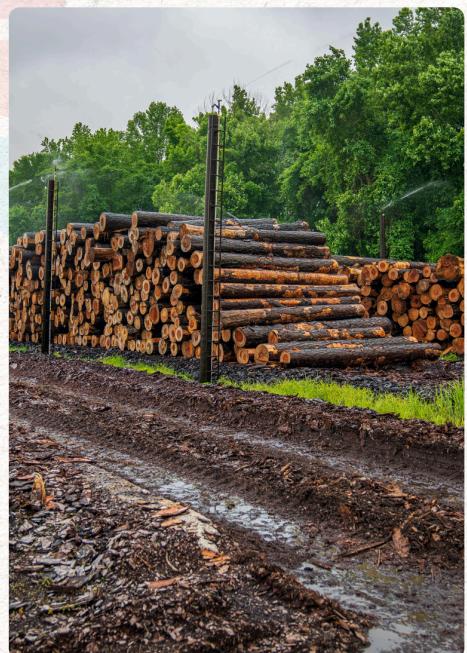
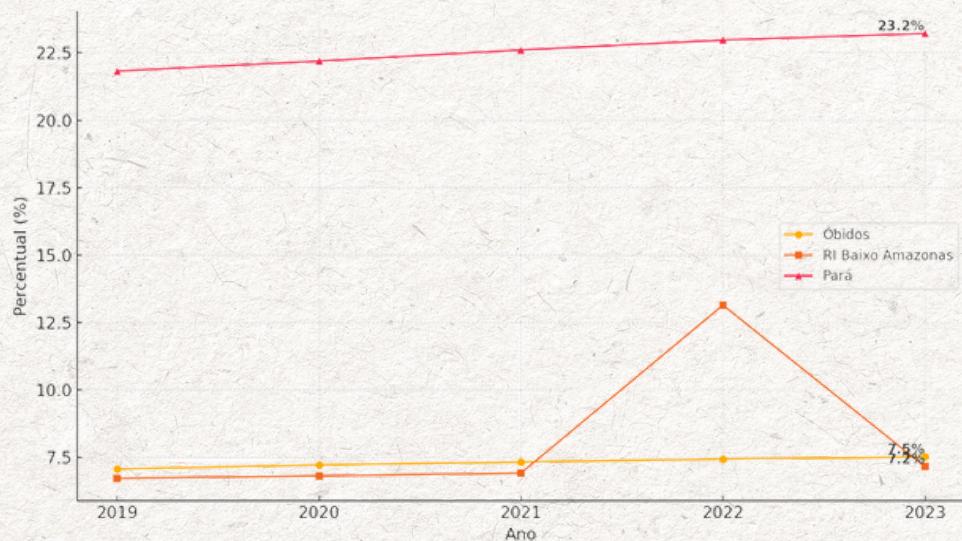


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Óbidos apresentou baixos níveis de trabalho infantil ao longo de todo o período analisado, iniciando com cerca de 2 casos por 100 mil habitantes em 2019, mantendo estabilidade até 2020 e caindo para zero em 2021. Apesar de um aumento discreto em 2022, os números permaneceram baixos e encerraram 2023 com 5 casos, ainda abaixo das médias regional e estadual. Isso revela um cenário relativamente controlado no município, embora o recente aumento possa merecer atenção preventiva (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os números foram mais elevados, com 19,7 casos em 2019, chegando a um pico em 2020 (22,2 casos por 100 mil habitantes) e apresentando uma redução progressiva nos anos seguintes, encerrando 2023 com 6 casos. Esse comportamento sugere avanços importantes no enfrentamento do trabalho infantil, com quedas consistentes, embora o patamar final ainda esteja próximo do dobro da média municipal de Óbidos (Gráfico 28).

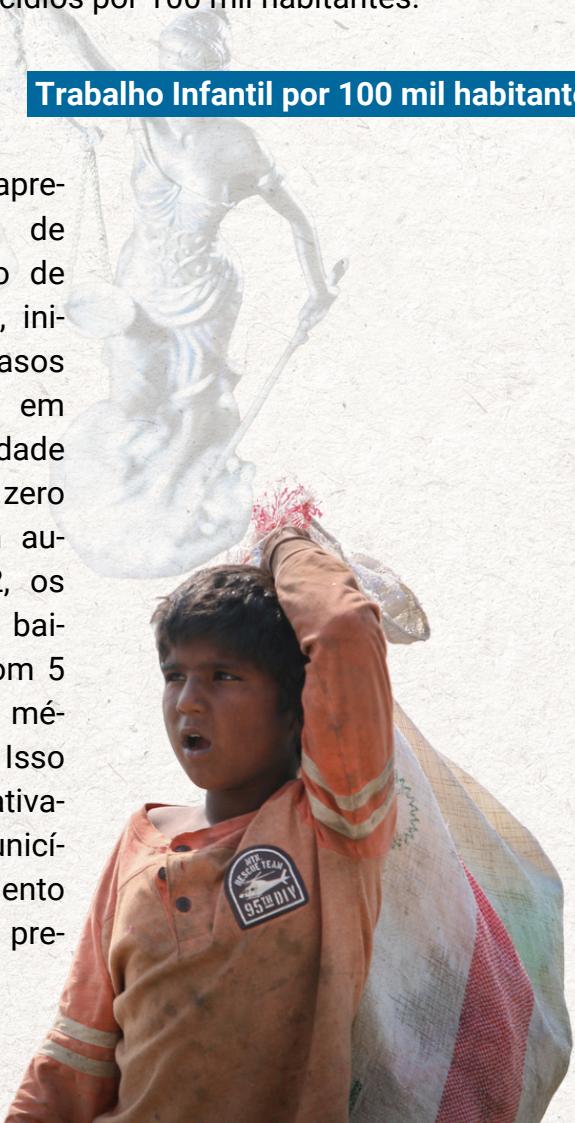
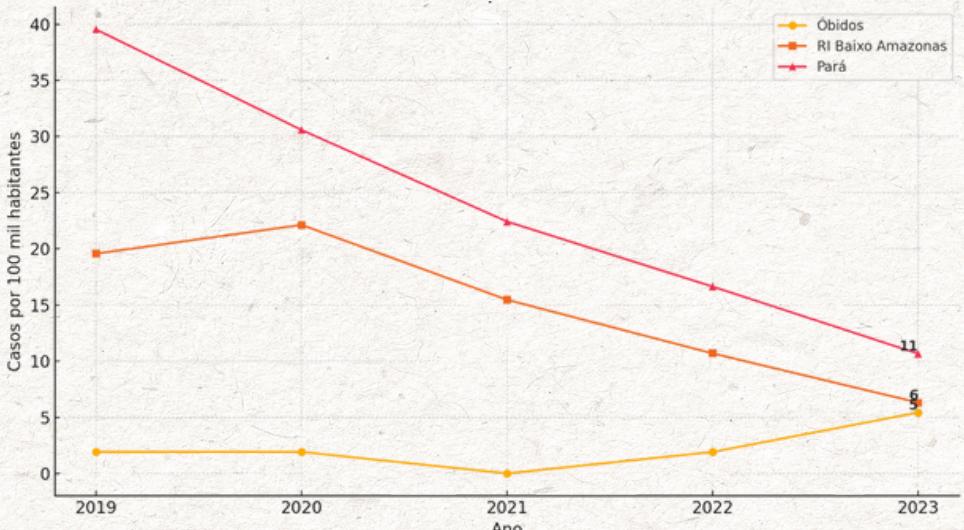




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

No estado do Pará, a trajetória foi de declínio contínuo, saindo de 39,5 casos em 2019 para apenas 11 em 2023, o que representa uma redução significativa superior a 70%. O ritmo decrescente foi constante, refletindo possivelmente políticas públicas mais efetivas de combate ao trabalho infantil em âmbito estadual. Apesar disso, o número absoluto de casos ainda é elevado se comparado ao município de Óbidos, apontando disparidades territoriais (Gráfico 28).



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

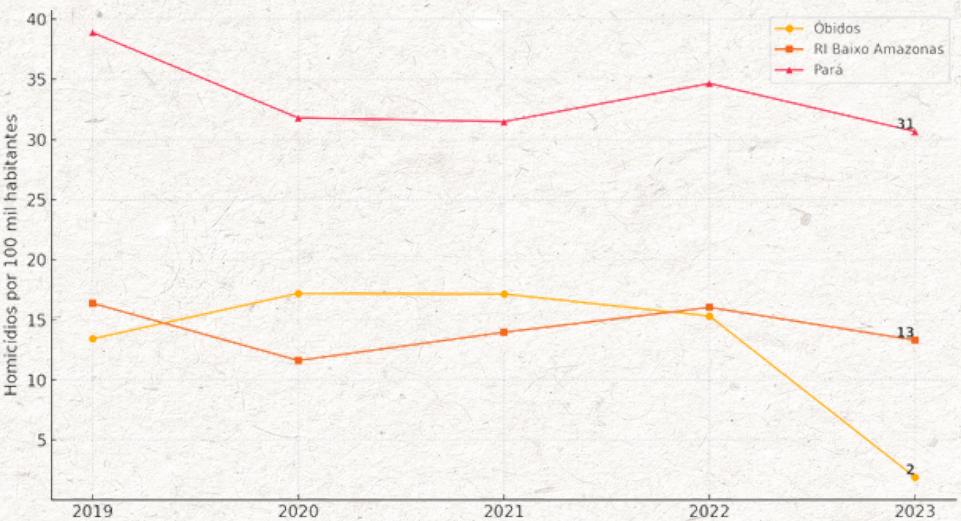
Óbidos apresentou uma trajetória instável até 2022, com uma tendência de elevação entre 2019 (13,5 homicídios por 100 mil hab.) e 2020–2021 (17,2). Em 2022, iniciou-se um declínio acentuado que culminou em 2023 com apenas 2 homicídios por 100 mil habitantes, uma queda expressiva. Esse resultado representa um desempenho notavelmente positivo no último ano analisado, sugerindo efeitos de medidas de segurança ou mudanças sociais locais (Gráfico 29).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador começou em 2019 com 16,2 homicídios por 100 mil, caiu para 11,7 em 2020, e oscilou nos anos seguintes, encerrando 2023 com 13. Essa estabilidade moderada indica que, embora não tenha ocorrido uma queda tão expressiva quanto em Óbidos, o nível de violência se manteve dentro de um intervalo controlado ao longo do período (Gráfico 29).

O estado do Pará, por sua vez, registrou taxas significativamente mais elevadas em todo o intervalo, iniciando com 38,7 homicídios em 2019 e terminando 2023 com 31. Apesar da redução contínua – que totaliza uma queda de cerca de 20% – o nível ainda é alarmante, refletindo desafios estruturais relacionados à violência urbana e criminalidade que afetam amplamente o estado como um todo (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





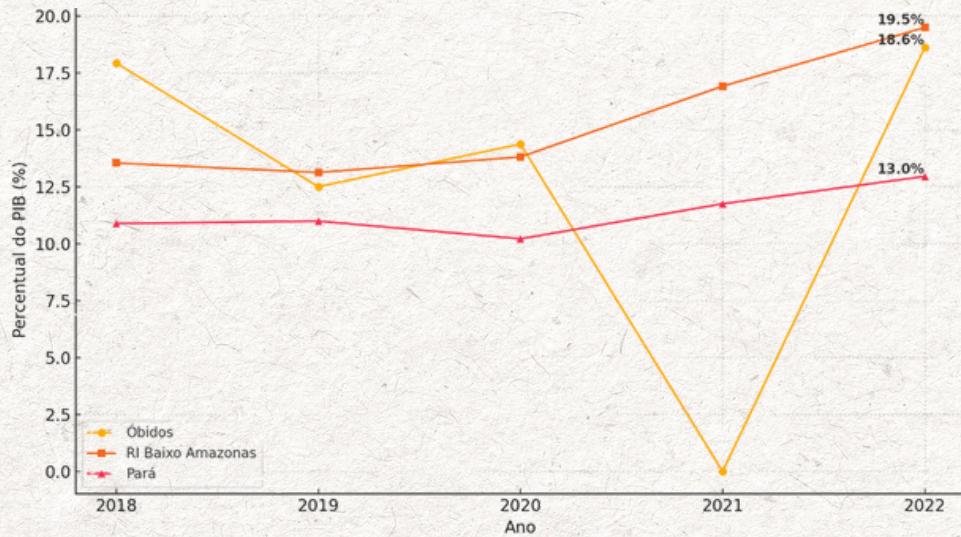
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Óbidos apresentou variações significativas no indicador de Gasto Público Municipal como percentual do PIB. Em 2018, o município registrava um gasto elevado, superior a 17%, mas essa proporção caiu drasticamente em 2021, chegando a praticamente 0%, o que sugere um possível erro de registro, ausência de execução orçamentária ou inconsistência na base de dados. Contudo, em 2022, o índice foi retomado com força, alcançando 18,6%, praticamente retornando ao patamar de 2018, o que evidencia uma recuperação expressiva da participação do gasto público municipal na economia local (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, observa-se uma trajetória de crescimento progressivo no indicador. Partindo de cerca de 13,5% em 2018, o gasto como percentual do PIB manteve relativa estabilidade até 2020, mas aumentou de forma contínua nos anos seguintes, atingindo 19,5% em 2022. Esse comportamento sinaliza uma ampliação do papel dos municípios da região nos investimentos e na provisão de serviços públicos, refletindo talvez um esforço regional coordenado de fortalecimento institucional ou resposta a demandas crescentes da população (Gráfico 30).

Já no estado do Pará como um todo, o indicador manteve-se mais estável e em patamar inferior aos demais recortes analisados. Em 2018 e 2019, os percentuais giravam em torno de 11%, com uma leve queda em 2020, seguida de um crescimento até 13% em 2022. Essa estabilidade sugere maior previsibilidade ou rigidez orçamentária nas finanças públicas estaduais, o que pode estar associado à centralização de investimentos e menor flexibilidade fiscal nos municípios em relação ao governo estadual. Ainda assim, o crescimento recente indica alguma ampliação do esforço público no território paraense (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

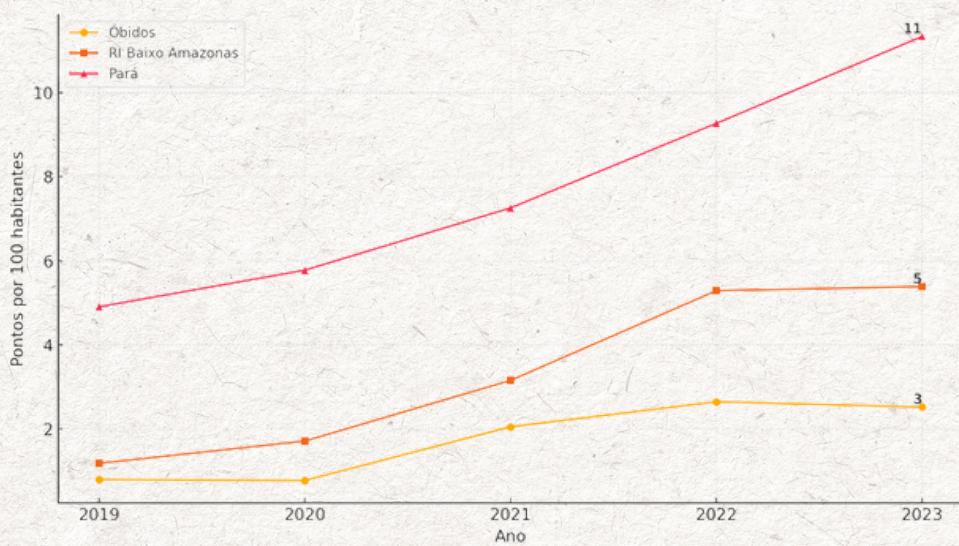
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Óbidos apresentou crescimento modesto, partindo de 0,8 ponto por 100 habitantes em 2019 para 3 pontos em 2023. Apesar do aumento, o indicador revela que o município ainda enfrenta limitações importantes de infraestrutura digital, uma vez que o nível de acesso continua bastante inferior à média estadual. O avanço mais expressivo se deu entre 2020 e 2021, com uma duplicação do índice, mas a partir de 2022 o ritmo desacelerou, sugerindo possível estagnação ou saturação da capacidade atual (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a evolução foi mais consistente, com a taxa subindo de 1,2 para 5 pontos por 100 habitantes no período analisado. O crescimento mais forte ocorreu entre 2020 e 2022, o que pode indicar a ampliação de políticas regionais voltadas à conectividade, bem como maior penetração de serviços comerciais de internet. Ainda assim, o patamar alcançado em 2023 mostra que a região permanece aquém dos níveis necessários para garantir inclusão digital ampla e de qualidade (Gráfico 31).

No estado do Pará como um

todo, o comportamento do indicador foi o mais expressivo entre os três níveis territoriais. A taxa de acesso à banda larga fixa mais que dobrou, saltando de 4,9 para 11 pontos por 100 habitantes, refletindo uma expansão robusta da infraestrutura digital. Esse crescimento indica a efetividade de investimentos em conectividade nos grandes centros urbanos e regiões economicamente mais dinâmicas. Contudo, a disparidade entre o estado e áreas como Óbidos evidencia a necessidade de políticas públicas direcionadas à interiorização da infraestrutura de telecomunicações, para mitigar desigualdades no acesso à informação e aos serviços digitais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

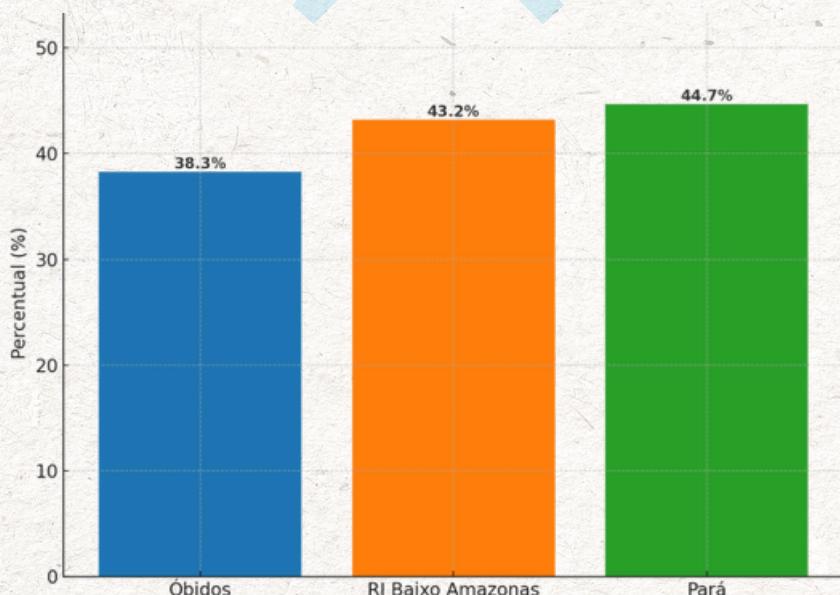
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Óbidos** registrou um IDS de **38,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Óbidos x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



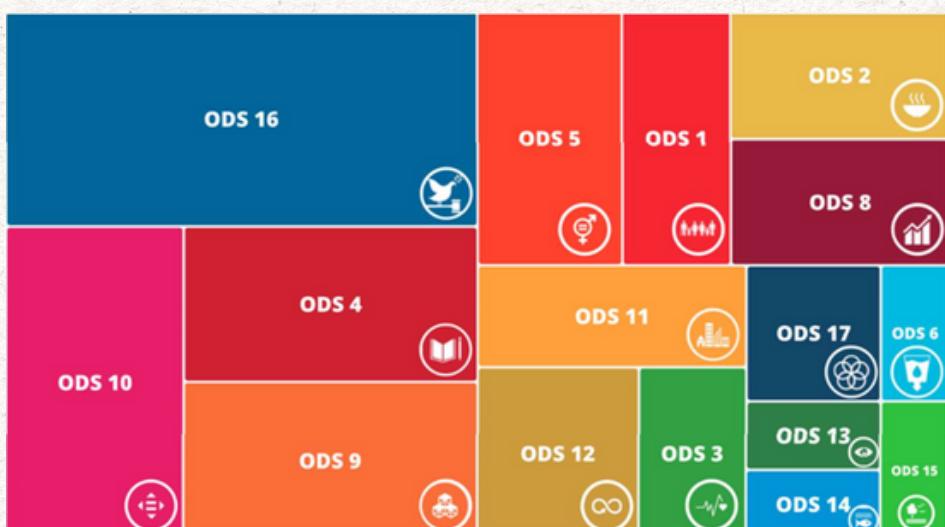
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Óbidos na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Óbidos e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

